

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR: um currículo que educa e produz

Katiele Hundertmarck¹
Instituto Federal Farroupilha *Campus* Júlio de Castilhos

Resumo

A partir da referência de que as pesquisas e suas publicações são currículos que operam na produção dos conhecimentos e das subjetividades, o objetivo deste artigo foi trazer a discussão a respeito de possíveis pistas de como os relatórios da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), de 2019, no tema Saúde Sexual e Reprodutiva, podem estar a educar. Para isso, foram realizadas leituras dos relatórios da pesquisa, com atenção aos discursos propagados sobre a temática, analisando-os pelas lentes dos estudos dos Currículos Culturais Não Escolares. As principais pistas são de que a PeNSE reitera a saúde sexual e reprodutiva focalizada nos aspectos biológicos-higienistas, limitada e avaliada pela idade de iniciação sexual, uso ou não de preservativos, conhecimentos sobre infecções sexualmente transmissíveis e gestação. Considera-se que pode estar contribuindo para a construção de modos específicos de saúde sexual e reprodutiva, partindo de um modelo moralista e conservador cis-heteronormativo. Além disso, a PeNSE pode estar (re)produzindo conhecimentos para o campo da saúde e da educação que potencializam na constituição de profissionais dessas áreas que restrinjam a saúde sexual e reprodutiva de escolares, ao passo que acarreta a perda de oportunidades educativas que considerem e valorizem outros atributos, como prazeres, desejos, relacionamentos, vivências e experiências LGBTQIAPN+ e demais quesitos que possam contemplar os direitos sexuais e reprodutivos do grupo analisado e ampliar as possibilidades de pensar saúde sexual e reprodutiva.

Palavras-chave

Currículo cultural não escolar; Direitos sexuais e reprodutivos; Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar; Saúde sexual e reprodutiva; Saúde do Escolar.

¹ Doutora em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Enfermeira Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha Campus Júlio de Castilhos. Especialista em Educação para a Sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: katielehun@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4996587375385452>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8497-080X>.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos, desde que a obra original seja devidamente citada.



Introdução

A saúde sexual e reprodutiva envolve as vivências e experiências das sexualidades das pessoas, das instituições, de seus currículos e suas produções. Estas são, desse modo, dimensões da vida (e da saúde) que se constituem em suas multiplicidades biológicas, psicológicas, históricas, culturais, sociais, entre outras, a partir de condutas e práticas sexuais, de afetos, de amorosidades, de desejos e de prazeres (Brasil, 2007a). Os aspectos sociais e culturais têm influência nos modos como as sexualidades vão ser ensinadas para as pessoas e como as pessoas vão ensinando umas às outras. Neste sentido, as sexualidades são fabricadas nos modos sociais, culturais e históricos em que se vive (Foucault, 2020) e forçadas nos diferentes discursos que buscam naturalizar, em sua maioria, a uma sexualidade universalizada cis-heteronormativa reprodutiva (Preciado, 2022). Ou seja, hegemonicamente tem sido privilegiada uma educação para uma sexualidade heteronormativa, em que casais formados pela união de um homem cisgênero e de uma mulher cisgênera mantêm relações sexuais genitais (um pênis que entra em uma vagina) para a reprodução da espécie humana (Preciado, 2022).

Cabe destacar que se aprende sobre como exercer as sexualidades a todo instante, de diferentes formas, pelos diversos artefatos pedagógicos, que podem estar na escola e em outros espaços educativos, ainda que sutilmente (Louro, 2019), compondo os currículos escolares e culturais (Paraíso, 2016). Na visão dos estudos sobre os Currículos Culturais Não Escolares (CCNEs), diferentes instâncias podem ser educativas além da escola, adentrando-se como currículos que também ensinam algo, assim como pretendem os currículos escolares (Oliveira; Frangella, 2022). Nesta perspectiva, as práticas culturais são analisadas a partir do entendimento de que disputam significados e criam modos de se pensar sobre aquilo que trazem.

Neste rol de possibilidades culturais educativas, a proposta deste artigo está em promover a reflexão de que se pode ser educada² e educar por diferentes currículos, como os artefatos, contemplados como uma pesquisa, que seria o caso da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). Por esta ser uma pesquisa de relevância para estratégias de educação em saúde nas escolas brasileiras, realizar

² Para estas escritas, adotou-se a linguagem em gênero das mulheridades/feminilidades para fazer referência às pessoas de todos os gêneros, inspirada nas problematizações da professora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2023).

uma problematização neste sentido parece estar oportuna para colocar em suspeição as relações de poder e de saber dela decorrentes. Além disso, como pode subsidiar outras pesquisas que, por sua vez, impactam nas estudantes e nos modos de se educar para as sexualidades, tecer apontamentos a seu respeito pode ser um modo de tensionar discursos sobre pesquisas neutras ou técnicas, enquanto são políticas e baseadas em determinadas escolhas. Deste modo, a PeNSE pode educar a todas as pessoas que dela consomem, ainda que não se possa medir seus efeitos. Entretanto, de todo modo, é possível inferir que ela contribui, junto com uma rede discursiva, para a disseminação de determinadas verdades sobre a saúde sexual e reprodutiva de escolares. Neste contexto, visando provocar tensionamentos neste campo de saber e de poder, objetiva-se trazer a discussão a respeito das possíveis pistas de como os relatórios da PeNSE, de 2019, publicados nos anos de 2021 e 2022, no tema Saúde Sexual e Reprodutiva, poderão educar.

Considera-se que as ações educativas acontecem em relações de poderes e de saberes (Foucault, 2020), podendo assim serem abordadas de diferentes formas, com propostas e discursos de acordo com cada perspectiva gerando, legitimando e fixando determinadas concepções sobre as sexualidades e as decorrentes saúdes sexual e reprodutiva. As escritas que seguem são um convite para desestabilizar os conhecimentos produzidos cientificamente e a que eles servem e (re)produzem e de que modos os currículos podem ser políticos e produtivos.

Metodologia

Realizou-se um estudo que se debruçou sobre os relatórios da PeNSE, no inquérito aplicado em 2019, publicados em 2021 e 2022 (Brasil, 2021; 2022). O relatório de 2021 apresenta os dados gerais de todas as estudantes investigadas (Brasil, 2021) e o publicado em 2022 traz especificamente a análise de indicadores comparáveis entre estudantes do 9º ano do ensino fundamental das capitais nos anos de 2009/2019 (Brasil, 2022).

Os procedimentos de seleção do material para a produção dos dados deu-se a partir da busca no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde os relatórios da PeNSE estão depositados. Esta seleção aconteceu em decorrência dos referidos relatórios apresentarem elementos passíveis de atendimento ao objetivo

da pesquisa, vindo a conter questões de tensionamentos propostos. Para a análise dos dados, utilizou-se perspectivas foucaultianas (Foucault, 2020), de currículos (Silva, 2013; Paraíso, 2016; Maknamara, 2020) e de pedagogias das sexualidades (Louro, 2019). Produziu-se os dados por meio de leituras sobre o tema saúde sexual e reprodutiva em ambos os relatórios, destacando os discursos que versaram sobre as questões de saúde sexual e reprodutiva. Deste modo, a pesquisa em tela trata-se de análise de PeNSE enquanto um currículo cultural não escolar, analisada pelas perspectivas referenciais supracitadas.

O presente estudo considera que a PeNSE é um dos currículos que participam da produção de sujeitas de modos específicos, sendo relacionais - carregados de relações sociais de saber e de poder e “como qualquer outro artefato cultural, como qualquer outra prática cultural, o currículo nos constrói como sujeitos particulares [...]” (Silva, 2013, p.189). Neste sentido, os currículos não somente transmitem conhecimentos, mas estão construindo e posicionando sujeitas, conforme as suas perspectivas, atribuindo valores, organizando a sociedade, legitimando conhecimentos e suas “verdades”, aquilo que é válido ou não, certo ou errado, quais condutas serão desvalorizadas, quais grupos sociais estarão representados, quais serão incluídos e quais serão os excluídos (Silva, 2013). De acordo com Silva,

o currículo, ao lado de muitos outros discursos, faz-nos ser o que somos. Por isso, o currículo é muito mais que uma questão cognitiva, é muito mais que construção do conhecimento, no sentido psicológico. O currículo é a construção de nós mesmos como sujeitos (Silva, 2013, p. 191).

Os currículos não estão neutros, estão processos sociais que ensinam sobre comportamentos, posições hierárquicas de gênero, raça e classe, contribuindo para dar sentido ao mundo, produzindo as subjetividades (Silva, 2013). Especificamente por Currículos Culturais Não Escolares (CCNEs) entende-se como uma ampla variedade de artefatos que podem educar, negociando representações e sentidos, a partir das pedagogias culturais. Trata-se de “[...] toda uma maquinaria nãoescolar atribuindo significados a lugares, coisas, fenômenos, práticas e sujeitos [...] que se constituem como currículos que não estão necessariamente na escola, mas disputam espaços educativos sobre a temática que versam, pois estão carregados de pedagogias (Maknamara, 2020, p. 60).

Neste sentido, considera-se que tais CCNEs compõem de uma vasta produção cultural, como filmes, músicas, peças publicitárias, livros, danças, novelas, séries,

pesquisas, entre outras, que demonstram ter currículos relacionados a constituição de sujeitas, a partir das disseminações sobre comportamentos, valores, posições, ideias, fenômenos, que valorizam uns em detrimento de outros, pregam quais práticas são mais adequadas e quais não são. Ou seja, como nos currículos escolares, os artefatos culturais, com seus CCNEs, estão a incorporar e produzir significados, saberes e verdades (Maknamara, 2020). Entendendo por artefato cultural aquele “[...] objeto que tem, em torno de si, significados culturais construídos mediante embates por determinados significados associados a relações de poder” (Camozzato, 2014, p. 591). Neste contexto, elege-se a temática de saúde sexual e reprodutiva da PeNSE como um CCNEs que precisa ser analisado em suas propriedades educativas, haja vista que está contribuindo para a produção de sujeitas de determinados modos. Ou seja, a PeNSE potencializa relações de poder e de saber, que reforçam e mobilizam valores e comportamentos que ensinam a viver a saúde sexual e reprodutiva, ainda que não esteja em um currículo escolar. Do mesmo, tal CCNE pode operar na educação e na produção de profissionais da saúde e da educação que trabalhem com assuntos atinentes à saúde sexual e reprodutiva deste público.

Sobre a PeNSE, cabe explicar que é uma pesquisa brasileira voltada à identificação de hábitos de alimentação, atividade física, contextos da família e da escola, uso de cigarro, álcool e outras drogas, saúde sexual e reprodutiva, higiene, saúde bucal, segurança e violências, saúde mental, imagem corporal e uso dos serviços de saúde, destinada a adolescentes frequentes à escola pública e privada (Brasil, 2022). Segundo o relatório publicado em 2022, o objetivo da PeNSE é saber a respeito da prevalência e distribuição dos chamados “comportamentos de risco” e de “proteção à saúde”, a fim de que se possam direcionar ações para tentar corrigir as vulnerabilidades identificadas, por meio de políticas públicas (Brasil, 2022, p. 7).

Para Oliveira et al. (2017, p. 605) “a PeNSE disponibiliza informações fundamentais para subsidiar políticas voltadas aos adolescentes brasileiros”. Isso porque, estas autoras justificam que a PeNSE produz indicadores capazes de caracterizar o perfil de saúde de adolescentes, ainda que representem apenas aquelas frequentes à escola (Oliveira et al., 2017). Tais assuntos abordados pela PeNSE têm subsidiado outros estudos, o que permitiram Ferreira et al. (2022, p. 1) concluir que a referida pesquisa é importante “[...] na produção do conhecimento científico brasileiro e na vigilância em saúde dos adolescentes brasileiros”.

Em específico, para Ferreira et al. (2018), a categoria temática de saúde sexual e reprodutiva apareceu em 6,9% dos estudos que utilizaram dados da PeNSE, o que pode contribuir para a produção de informações acerca dos modos como as escolares investigadas vivem determinados aspectos de suas sexualidades.

Em outros termos, significa afirmar que a PeNSE é uma pesquisa importante para o campo da saúde e da educação e tem se constituído como uma ferramenta muito utilizada para fundamentar as práticas educativas em saúde sexual e reprodutiva com o público escolar. Pode-se citar como um exemplo da aplicação da PeNSE, o Programa Saúde na Escola (PSE) (Brasil, 2007b), no qual, uma das ações de saúde previstas é a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, a ser realizada em parceria com a equipe de saúde da família do território e as escolas públicas participantes dos municípios que fizeram a adesão ao programa.

A PeNSE é auto aplicada, durando em média um período de aula (50 minutos). Até o momento, tem-se o acesso a publicação de quatro edições das pesquisas que ocorreram nos anos de 2009, 2012, 2015 e 2019. Em 2024, uma nova pesquisa foi realizada, mas os resultados ainda não estão publicados.

Saúde sexual e reprodutiva das juventudes

A saúde sexual, de acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2007a) é a capacidade de as pessoas usufruírem da sexualidade de modo saudável, sem quaisquer formas de discriminações e violências, evitando riscos de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gestações não planejadas. Inclui também o prazer, a autoconfiança e toda uma vida sexual satisfatória e segura. Para jovens, os direitos sexuais são garantidos pela legislação, a fim de proporcionar a autonomia e a individualidade, com acesso a informações confiáveis e de modo oportuno. Nesta mesma linha, a saúde sexual é vista ainda como a integração dos fatores somáticos, emocionais, intelectuais e sociais, fazendo com que os cuidados se voltem para melhorar a vida e as relações interpessoais, e não somente destinados à reprodução e ao controle das ISTs (Brasil, 2011). Quanto à saúde reprodutiva, entende-se como estado de bem-estar físico, mental e social relacionado às funções reprodutivas e não somente à ausência de alguma doença, gerando a capacidade de as pessoas poderem ter uma vida sexual segura e satisfatória, escolhendo sobre ter ou não filhas

e em que momento (Brasil, 2011). Neste sentido, os direitos sexuais correspondem, de acordo com o Ministério da Saúde,

o direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições, e com total respeito pelo corpo do(a) parceiro(a); [...] de escolher o(a) parceiro(a) sexual; [...] de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças; [...] de viver a sexualidade, independentemente de estado civil, idade ou condição física; [...] de escolher se quer ou não quer ter relação sexual; [...] de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade; [...] de ter relação sexual, independentemente da reprodução; [...] ao sexo seguro para prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis (DST)³ e Aids; [...] a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e um atendimento de qualidade, sem discriminação; [...] à informação e à educação sexual e reprodutiva (Brasil, 2013, p. 16).

Especificamente quanto às juventudes, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (Brasil, 2010) descreveu que a saúde sexual e reprodutiva fosse investida no sentido do reconhecimento das jovens como sujeitas sexuais. Para isso, prevê assegurar o direito à educação, à informação confiável e à assistência à saúde (Brasil, 2011). Isso significa, na visão do Ministério da Saúde, a inclusão de orientação, comunicação e serviços de planejamento reprodutivo, cuidados pré-natais, parto e pós-natais, prevenção e tratamento de infertilidade e prevenção de aborto inseguro (Brasil, 2011).

De acordo com Simões (2009), quando se refere à saúde sexual e reprodutiva de jovens, os principais interesses ainda têm sido associados a determinados “problemas”, denominados como gravidez, aborto e ISTs/aids⁴. Aliás, é a partir do contexto da aids como um problema de saúde pública que a escola vem a ser considerada um espaço educativo potencial para a saúde, trazendo ensinamentos sobre corpo e sexo (Silva e Soares, 2022).

Nesta esteira, a suspeição tensionada neste artigo é de que a saúde sexual e reprodutiva, ainda que conceitualmente ampliada pelo Ministério da Saúde (Brasil,

³ Atualmente, o Ministério da Saúde utiliza a denominação de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). A mudança de nomenclatura aconteceu devido ao destaque de que há a possibilidade de se ter alguma infecção sem ter algum sintoma ou sinal de ISTs ou doenças sexualmente transmissíveis (BRASIL, 2023).

⁴ Utiliza-se a escrita ISTs/aids e aids neste texto para designar a síndrome da imunodeficiência adquirida em letras minúsculas na intencionalidade de provocar o que o autor Daniel (1990, p. 31) justificou como “[...] para chamar a atenção para este significante que quer dizer muito mais do que a doença indicada com a sigla AIDS”. Outros usos escritos “AIDS” e “Aids” referem-se às citações de outras autorias, que não cabem alterações em respeito às obras e seus posicionamentos políticos e éticos.

2013), possa estar limitada pelas proposições apresentadas pela PeNSE. Para Preciado (2022), o campo de saber da saúde tem atribuído aos corpos modos específicos de viver as sexualidades com base na reprodução cis-heteronormativa, como se fossem naturais. Assim, vivências sexuais fora da cis-heteronormatividade têm sido consideradas invenções anormais (Louro, 2019). Em outras palavras, hegemonicamente, há uma rede discursiva que opera para valorizar as vivências e experiências sexuais e reprodutivas dentro da cisgeneridade heterossexual. Um contexto que ainda marginaliza ao desvalorizar e reprimir outras práticas sexuais e reprodutivas, como as experiências das pessoas LGBTQIAPN+⁵.

Sendo assim, é importante sublinhar que as sexualidades são invenções dos tempos, das culturas e das sociedades. As pessoas estão sujeitas sexuais e reprodutivas a partir daquilo que é permitido ser e estar, diante desses contextos. Para Louro (2014, p. 30),

se Foucault foi capaz de traçar uma história da sexualidade (1988), isso aconteceu pelo fato de compreendê-la como uma “invenção social”, ou seja, por entender que ela se constitui a partir de múltiplos discursos sobre sexo: discursos que regulam, que normalizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”.

Nesta perspectiva, tem sentido dizer que se é educada para as sexualidades, que se vai sendo produzida sexualmente de forma contínua, sutil, sendo quase imperceptível, como apontou Louro (2014). São nos discursos cotidianos, pelas diferentes instâncias, como a escola, a mídia e produção científica, por exemplo, que em suas falas, regramentos, arquiteturas, publicações, entre outras, vão fabricando modos específicos de ser e estar. Logo, o entendimento é de que não se nasce sujeitas sexuais e reprodutivas de modo natural, vai-se constituindo a partir daquilo que é reiteradamente ensinado (Louro, 2014; Nascimento, 2021). Aliado às instâncias educativas e suas pedagogias, há agência nesse processo produtivo,

⁵ Utiliza-se a sigla LGBTQIAPN+ para referir-se às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneras, transexuais, queer, intersexos, assexuais, pansexuais, não-binárias e demais identidades de gêneros e orientações sexuais que diferenciam-se da cis-heteronormatividade hegemônica. A escolha para o uso dessa sigla deve-se ao fato de contemplar um contingente mais amplo de pessoas, como pensado por Greco (2025). Esta sigla também é utilizada pelo Ministério da Saúde, sendo a usada para referir-se às ações e programas da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2011), na qual passa a ser citada como LGBTQIAPN+ atualmente (Brasil, 2024). Cabe mencionar que, assim como Caetano e Ferrari (2023, p. 336), “não estamos entendendo-a como homogênea, mas um coletivo que congrega diferentes maneiras de viver, pensar, ser e estar no mundo”.

complementando-o com autodisciplinamento e autogoverno. Isso faz com que a pessoa esteja implicada em exercer os modos de viver as sexualidades conforme aprendido ou a resistir a eles (Louro, 2019).

De acordo com Foucault (2020), as sexualidades são centrais nas relações de poder, são produtivas porque estão subjetivando, no sentido de capacidade de gerar determinadas possibilidades de exercício das vivências das sexualidades. Os diferentes artefatos educativos, com seus CCNEs, estão contribuindo na produção dos modos como as pessoas poderão vir a viver a sua saúde sexual e reprodutiva. São os reiterados discursos sobre esses modos que podem ir subjetivando e produzindo as verdades sobre o que é saudável ou não para esses aspectos da vida. Contudo, vale lembrar que esses artefatos também podem ser confrontados com resistências, haja vista o potencial de atuação diante desses discursos circulantes. Cabe ressaltar que as juventudes escolares estão envolvidas nesse processo educativo para as sexualidades, sendo questionáveis os discursos que atribuem às jovens a responsabilidade individual pelas vivências de suas sexualidades como riscos e vulnerabilidades que podem comprometer a saúde sexual e reprodutiva. Como um exemplo, a gestação na adolescência, considerada como um “[...] grave problema de saúde pública [...]” (Pontes et al., 2023, p. 2), tem dito mais sobre a organização de um sistema social do que das possíveis escolhas pessoais das jovens. Sendo assim, é pertinente salientar a problematização de Foucault (2020, p.115), em que

a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação do discurso, a formação de conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

À vista disso, contempla problematizar como se torna uma sujeita sexual e reprodutiva e a partir daí pensar sobre como os diferentes aparatos pedagógicos para as sexualidades podem ser educativos. Com isso, ao ampliar-se para além dos aspectos biológicos da composição dos corpos, busca-se desnaturalizar concepções tidas como fenômenos inatos, para abranger os processos educativos que constituem a todas as pessoas, que são históricos, culturais e sociais (Xavier Filha, 2017). Por isso, como um exemplo, é de interesse desse campo pensar como as pessoas foram

inventadas em situação de desigualdades que permitem posicionar as pessoas LGBTQIAPN+ como inferiores, por viverem e terem experiências sexuais e reprodutivas que podem ser diferentes das práticas cis-heteronormativas. De outra maneira, questionar como, nos contextos ocidentais e coloniais, as vivências sexuais de pessoas cis-heteronormativas são mais valorizadas que os os praticados pelas pessoas LGBTQIAPN+. Contexto em que, para Preciado (2022, p. 37),

a natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade. O sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação do corpo: recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva e mortiz (visual, tátil, olfativa...) que depois identifica como centros naturais e anatômicos de diferenciação sexual.

Em outras palavras, é considerar que as práticas e os papéis sexuais são regulados e naturalizados, o que implica afastar os entendimentos e as discussões acerca de um determinismo e fundacionalismo biológico dessas posições (Nascimento, 2021). Logo, a educação para a sexualidade abre-se também para dialogar sobre amor, prazeres, desejos, vivências, como questões em movimento, transitórias, acontecendo e modificando-se, como provocou Felipe (2007).

Assim como Louro (2014) e Nascimento (2021) problematizaram, as pessoas têm sido, majoritariamente, educadas para viver dentro do escopo do modelo cisheteronormativo, que centraliza a normalidade das vivências cisgêneras e heterossexuais, quando torna anormal outros modos de exercer as sexualidades. De modo geral, temos sido educadas para a sexualidade reprodutiva, a qual sua vivência focaliza na construção de uma determinada família (Rubin, 2017).

Nesse sentido, ocorreria em desvio da norma as outras vivências, como as femininas, negras, homo/bi/pan/assexuais, trans e travestis, entre tantas outras possibilidades consideradas transgressoras a esse modelo que se quer hegemônico (Rubin, 2017; Piscitelli, 2009; Nascimento, 2021), também por não serem reprodutoras do modelo de família idealizado pela cultura ocidental, colonial e cis-heteropatriarcal⁶.

⁶ Por cis-heteropatriarcal, considera-se a categoria de análise que surge a partir da “[...] junção dos conceitos de cisgeneridade (refere-se ao sujeito que se identifica com o gênero atribuído no nascimento), heteronormatividade (sistema político que determina a dicotomia complementar e assimétrica entre sexos/gêneros instituindo a heterossexualidade como norma) e o patriarcado (sistema político-social em que o homem adulto detém o controle sobre todas as relações de poder).” (Silva, Nascimento e Caetano, 2021, p.195).

Saúde sexual e reprodutiva das escolares pesquisadas

A PeNSE apresentou o relatório de saúde sexual e reprodutiva de escolares com base nas perguntas apresentadas na tabela 1.

Tabela 1 - Perguntas do tema Saúde Sexual e Reprodutiva (PeNSE, 2019)

Perguntas
1. Teve relação sexual alguma vez?
2. Se já teve relação sexual alguma vez, a primeira relação foi com 13 anos ou menos?
3. Se já teve relação sexual alguma vez, na primeira relação um dos parceiros usou preservativo?
4. Se já teve relação sexual alguma vez, um dos parceiros usou preservativo na última relação?
5. Se já teve relação sexual alguma vez, e usou preservativo, conseguiu a camisinha com serviço de saúde, escola, amigo/colega, mãe/pai/responsável, farmácia/mercado/loja, parceiro/a ou com outra pessoa/ou de outro modo?
6. Se já teve relação sexual alguma vez, já usou pílula do dia seguinte (contracepção de emergência) alguma vez?
7. Se já teve relação sexual alguma vez, se usou pílula do dia seguinte, da última vez, conseguiu com serviço de saúde, escola, amigo/colega, mãe/pai/responsável, farmácia/mercado/loja, parceiro/a ou com outra pessoa/ou de outro modo?
8. Se já teve relação sexual alguma vez, utilizou outro método para evitar gravidez (exceto preservativo), pílula anticoncepcional, injetável, pílula do dia seguinte, outros, na última relação?
9. Se já teve relação sexual alguma vez, engravidou?
10. Recebeu orientação na escola sobre prevenção de gravidez?
11. Recebeu orientação na escola sobre HIV/AIDS ou outras doenças/infecções sexualmente transmissíveis?
12. Recebeu orientação na escola sobre aquisição gratuita de camisinha?

Fonte: Adaptado da tabela PeNSE (2019)⁷.

⁷ As perguntas foram adaptadas da tabela disponibilizada em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-doescolar.html?edicao=31442&t=resultados>. Acesso em: 11 nov. 2025.

De acordo com essas perguntas supracitadas, a saúde sexual e reprodutiva de jovens escolares é avaliada quase exclusivamente pela presença (ou não) de relação sexual, uso de métodos contraceptivos e preventivos às ISTs e pelo acesso a tais insumos. Observa-se, nas perguntas realizadas, a centralidade de uma concepção de sexualidade baseada em práticas heteronormativas genitais (pênis-vagina), vinculadas a riscos de gestação considerada precoce e de transmissão de ISTs.

No entanto, tais questões não problematizam o que pode ser considerada como uma relação sexual para as jovens, já que, no contexto da PeNSE, apenas a relação cisheteronormativa (pênis de um homem cisgênero em vagina de uma mulher cisgênera) é validada. Essa questão é central nos tensionamentos provocados por Preciado (2022), ao problematizar a naturalização de práticas sexuais consideradas “normais” e a marginalização de experiências trans, homoafetivas ou não genitais, tratadas como “anormais”. Assim, as perguntas da PeNSE não apenas limitam metodologicamente o conceito de relação sexual, mas também reproduzem escolhas políticas e epistêmicas que naturalizam a cis-heteronormatividade como norma e invisibilizam outras vivências sexuais.

Neste contexto, quando as jovens escolares são questionadas se, caso já tenham tido relação sexual alguma vez, engravidaram, faz pensar que ter uma prática sexual com possibilidades de engravidar é aquela pela via reprodutiva, sendo somente possível com o uso de um pênis e uma vagina. Ainda que se tente subverter a PeNSE e possa-se imaginar outros corpos, outras sexualidades e outros gêneros, a pergunta ainda dá pistas de que uma relação sexual viável é aquela capaz da reprodução, porque a pergunta não abre possibilidades para outras vivências sexuais que não sejam heterossexuais reprodutivas. Quando atrela-se a possibilidade de engravidar ao ter uma relação sexual, a narrativa é explicativa: ao ter uma relação sexual, é possível engravidar e neste caso, a relação precisa ser genital e heterossexual. Dessa maneira, aponta-se para o reforço da que a PeNSE faz sobre a cisgêneridade enquanto capacidade reprodutiva, compreendendo que as experiências cis são validadas, invisibilizando outras sexualidades e práticas. Tensiona-se que, se caso houvesse interesse nas perguntas em promover outras reflexões inclusivas às outras possibilidades de corpos, gêneros e sexualidades não normativas, poderiam questionar as jovens escolares, como por exemplo, sobre como entendem ser um relacionamento sexual, ou ainda, como sobre quais perspectivas vislumbram o

cuidado em saúde sexual e reprodutiva que tem acesso (ou não). Afinal, saberiam as jovens escolares o que é (ou o que pode ser) uma relação sexual? Há modos únicos de ter uma relação sexual como reforçado por este CCNE?

Para as pessoas LGBTQIAPN+, esta narrativa soma-se ao aparato em funcionamento, que hegemonicamente, tem produzido discursos universalizantes sobre os relacionamentos afetivos e sexuais legítimos como aqueles cis-heterossexuais. Nesta linha, a PeNSE quando questiona “se já teve relação sexual alguma vez, engravidou?”, ela está tornando a única relação sexual válida aquela que é capaz de gerar uma gravidez: a relação heterossexual genital. A propagação deste entendimento invisibiliza e educa a valorização da saúde sexual e reprodutiva heteronormativa, em detrimento de outras possibilidades, como os relacionamentos homossexuais e os não reprodutivos.

Quanto às respostas a tais perguntas, o relatório traz alguns apontamentos, prescrevendo ações e comparando alguns resultados com os de anos anteriores e entre as esferas administrativas escolares. No trecho,

os resultados sobre iniciação sexual mostraram-se bastante diversos entre os escolares da rede pública e da rede privada. Na rede pública, 37,5% dos escolares informaram que já tiveram relação sexual, enquanto entre os escolares da rede privada o percentual foi de 23,1% (Gráfico 31). Estudos têm mostrado que as características sociodemográficas constituem um dos principais fatores associados à iniciação sexual precoce (Moraes et al., 2019). Com efeito, os adolescentes pertencentes às famílias de nível socioeconômico mais baixo apresentaram maior probabilidade de iniciação sexual precoce (Hugo et al., 2011). (Brasil, 2021, p. 83).

Nota-se a ênfase social e econômica ao comportamento (censurável) sexual de jovens escolares entrevistadas, em que há o relatório apresentando a diferença quantitativa que afirma que pertencer a um nível socioeconômico mais baixo é fator de risco de iniciação sexual precoce. Todavia, não há nenhuma discussão no relatório sobre determinantes sociais da saúde sexual e reprodutiva destas jovens escolares. Nem mesmo sobre o acesso deficitário à educação para as sexualidades recomendada pelo próprio Ministério da Saúde (Brasil, 2007a). Diante disso, pode-se pensar que há uma (re)produção do estigma social da pobreza enquanto construção e manutenção de uma jovem escolar pobre que tem relações sexuais precocemente. Como categorias analisadas isoladamente, empobrecimento e iniciação sexual precoce parecem compor uma pista educativa deste CCNE, que insiste em produzir esta informação como uma evidência científica.

Quanto à prevenção de gravidez, registra a PeNSE que “[...] entre 2012 e 2019, o percentual de escolares que disse ter usado algum método para evitar a gravidez teve queda e passou de 79,6% para 69,6%” (Brasil, 2022, p.142). Sobre isso, para a PenSE (Brasil, 2022, p. 144),

nos últimos 10 anos, o percentual de escolares que informaram terem recebido orientações da escola sobre prevenção de gravidez apresentou queda entre 2009 e 2015, cujos valores passaram de 80,4% para 73,9%. Em 2019, por sua vez, houve um aumento deste percentual, mas com valor inferior ao observado em 2009 (77,6%).

Com essa informação, a PeNSE acrescenta que tais respostas dessas escolares corroboram com a necessidade de investimentos em ações promocionais à saúde sexual e reprodutiva no sentido de ampliar e qualificar as orientações nas escolas. Considera-se importante tecer apontamentos de que a saúde sexual e reprodutiva não é meramente o resultado de ausência de uma ISTs, doença ou sofrimento. Ter acesso às informações confiáveis e aos métodos preventivos e em tempo oportuno é fundamental para evitar ISTs, por exemplo. Porém, também se faz necessário, a discussão sobre o que tem levado a focalizar as ações educativas somente neste aspecto de prevenção, com a justificativa de se promover a saúde sexual e reprodutiva. Aliás, nota-se que a campanha sobre prevenção à gestação para as jovens não tem sido suficientemente informativa e nem com base em evidências científicas (Hundertmarck, 2024). Isso leva a pensar acerca do desagendamento da educação para os corpos, gêneros e sexualidades na escola, observada nos últimos tempos (Carvalho; Inocêncio, 2021), ainda que a PeNSE indique a necessidade de se educar para a prevenção de ISTs e gestação precoce na escola (Brasil, 2022).

Outro importante tensionamento refere-se à ausência de qualquer problematização sobre a pergunta e as respostas do questionamento “Se já teve relação sexual alguma vez, a primeira relação foi com 13 anos ou menos?”. Isso porque, quaisquer situações afetivas e/ou sexuais envolvendo pessoas com menos de 14 anos é um caso de violência sexual (Brasil, 1940). Desse modo, este CCNE naturaliza as relações sexuais com crianças e adolescentes menores de 14 anos. Por conta disso, a PeNSE perde a oportunidade de contribuir com a produção de subjetividades que saibam esta importante informação para o enfrentamento e a prevenção às violências sexuais contra crianças e adolescentes, ainda mais em um país com alto índice desses crimes (Cerqueira *et al.*, 2025).

Cabe salientar que a PeNSE, em sua temática saúde sexual e reprodutiva está ensinando ao cuidado de determinados modos. De modo geral, observa-se que raras são as situações em que se ensina a ter uma vida sexual mais prazerosa, ainda que de forma limitada, aprende-se a se proteger de uma gestação. Amplamente, as ações têm sido direcionadas para um cuidado centralizado nas práticas biológico-higienistas, como pode se confirmar na revisão da produção científica que estudou sobre a PeNSE (Sousa *et al.*, 2022; Figueiredo *et al.*, 2019; Malta *et al.*, 2011; Campos, Schall e Nogueira, 2013). Por sua vez, não pode-se generalizar, mas também percebe-se que as ações educativas desenvolvidas na escola, em sua maioria, quando são realizadas, são embasadas pelo campo da saúde e por isso, tendem a contemplar apenas aspectos relacionados com a prevenção das ISTs e de gestação considerada “precoce” (Franco *et al.*, 2020; Ferreira *et al.*, 2018) que se justifique como um cuidado à saúde.

A PeNSE que educa e produz

As questões investigadas na PeNSE nesta temática se aproximam daquilo que conceitualmente Furlani (2016) chamou de educação sexual de abordagem biológico-higienista, a qual é caracterizada por se basear no determinismo biológico essencialista. Nessa modalidade, o enfoque está na promoção de saúde sexual e reprodutiva que privilegia o planejamento familiar⁸ a prevenção de gestação e de ISTs, centralizando e reforçando as diferenças sexuais entre as pessoas como produtos da natureza, em suas genitálias acrescidas da função reprodutiva de seus órgãos. Nessa perspectiva, não há discussão sobre outros temas relacionais, como afetos, amores, prazeres, violências, iniquidades.

Há o incentivo na mudança de hábitos que sejam individuais, como o uso de preservativo, sem discutir as questões políticas das sexualidades, que podem impactar na não adesão a essa proteção, como apontou Monteiro (2002). Por esse viés, somente as jovens seriam responsáveis pelo “sucesso” ou “fracasso” de suas

⁸ Há a compreensão de que o conceito mais adequado a ser utilizado é o de planejamento reprodutivo, pois contempla também pessoas que desejam pensar sobre suas vidas reprodutivas sem a necessidade de ser no contexto familiar (Brasil, 2013). Entretanto, ainda observa-se a formação da família como central nessas ações educativas, como Furlani (2016) tensionou.

vidas sexuais e reprodutivas. A esse processo Ortega e Zorzanelli (2010) explicam tratar-se de autogestão de saúde, em que as pessoas são como empresas individuais, que devem fazer a gestão pessoal de seus “riscos” em relação aos seus comportamentos de saúde.

Assim,

evitar a todo custo os riscos potenciais à saúde que nossos hábitos, nosso estilo de vida ou nossa herança biológica nos impõem torna-se um imperativo que cada um deve seguir. Surgem, nesse contexto, modelos de subjetividade que produzem a obrigação individual de calcular escolhas e a responsabilização por cada uma delas (Ortega; Zorzanelli, 2010, p. 11).

Para isso, bastaria a jovem receber informações educativas de prevenção de ISTs e de gestação, estando apta, a partir de então, a gerenciar os seus riscos e assim, “controlar” sua saúde sexual e reprodutiva nos moldes de que foi orientada. Essa ideia também vai ao encontro do problematizado por Mattioni et al. (2022) ao referirem-se que a “melhoria” dos hábitos de saúde focalizados unicamente em ações individuais reforça a racionalidade da governamentalidade neoliberal. Nesta perspectiva, não há espaço para tensionamento dos modos educativos dos CCNEs, como a PeNSE, na produção de se viver a saúde sexual e reprodutiva.

Furlani (2016) afirmou que essa abordagem biológica-higienista é a mais utilizada nas escolas, o que faz pensar que ainda há o foco na saúde sexual e reprodutiva como um fator unicamente biológico, descontextualizado de outras influências, como culturais, sociais e históricas. Essa modalidade pode ser vista como a única possibilidade educativa, em que o apego às questões consideradas biológicas pode negligenciar outras. Ademais, essa perspectiva não permite questionar que as questões biológicas também são construídas nos tecidos social, cultural e histórico, como apontou Nascimento (2021).

Aliado às pedagogias contidas na PeNSE, o foco na prevenção de ISTs e de gestação na escola, pode ser um discurso mais legitimado, devido a ter uma vasta literatura científica da área da saúde que respalda sobre a importância de reduzir as incidências de gravidez entre as jovens e de ISTs com base dos “problemas” que essas situações podem ocasionar, como evasão escolar, baixa escolaridade, desemprego e doenças (Assis *et al.*, 2021).

Entretanto, promover discussões além de um corpo em seus aspectos dito “biológicos” pode exigir o envolvimento com questões complexas do ponto de vista

social, cultural, religioso, moral e ético. Pode-se acrescentar a essa discussão, os últimos acontecimentos conservadores⁹ que limitaram a construção de espaços de diálogo para as questões de corpos, gêneros e sexualidades na escola. Cita-se os movimentos “Escola Sem Partido”, o chamado “Kit Gay”, a “Ideologia de Gênero” e todos os seus pânico morais advindos, em alguns casos, do entendimento equivocado das anteriores políticas públicas de equidade e dos seus usos com vieses ideológicos (Vianna, 2018). Cabe mencionar o pânico moral em torno dessas temáticas como objetivos de

i) deslegitimar os estudiosos de gêneros e sexualidades, ii) estigmatizá-los como responsáveis por destruir a família tradicional, iii) afirmar que buscam impor uma ditadura da minoria (ou uma política identitária nãoheteronormativa) e, por fim, iv) construir o senso comum de que querem desvirtuar e implodir os valores morais conservadores-cristãos (Acosta; Gallo, 2020, p.10).

Nas reflexões de Butler (2024), especificamente o gênero traria, nesses pensamentos conservadores, a responsabilidade pelos problemas sociais contemporâneos que colocariam a família e outras instituições e valores tradicionais em “perigo”. Neste sentido, Butler (2024) tensiona a centralidade que as questões de gênero vem ganhando nos últimos tempos em criar medos e promover, desse modo, pânico morais envoltos no debate desses assuntos nas escolas.

Contudo, há uma complexidade que envolve as sexualidades das juventudes, as quais não se pode simplificar em uma educação preventiva universal, que seja capaz de garantir a mudança de comportamentos sociais e culturais (Monteiro, 2002) que se fariam necessárias para o atendimento de uma saúde sexual e reprodutiva plena. Segundo Monteiro (2002, p. 11), as juventudes deveriam ser ouvidas para se levar em conta quais os “[...] sentidos que eles atribuem à noção de cuidado com a sua saúde”. Assim, acolhendo a pluralidade de significados possíveis devido às diferenças entre as pessoas, as ações voltadas para a saúde sexual e reprodutiva também deveriam ser plurais, ou ainda, menos totalizantes. Para essa autora, pensando na prevenção do HIV, “apenas mudanças na estrutura social, visando à

⁹ Por conservador, no contexto deste artigo, considera-se os discursos que visam limitar, por meio de posicionamentos morais e religiosos, o debate sobre corpos, gêneros e sexualidades na educação, em que “[...] tal movimento reduz a complexidade do tema a noções estritamente biológicas, ignorando suas dimensões sociais, afetivas, culturais e identitárias. Nesse contexto, silencia-se a pluralidade das vivências e experiências dos estudantes, comprometendo o papel da escola como promotora de direitos e espaço de desenvolvimento integral.” (Oliveira; Nóbrega, 2025, p. 2).

conquista dos direitos básicos de cidadania e da equidade de oportunidade dos variados segmentos sociais e de gênero, podem diminuir a exposição ao HIV” (Monteiro, 2002, p. 17).

Logo, práticas isoladas e/ou focadas na mudança individual de comportamentos considerados mais adequados tem se mostrado incapaz de melhorar a vida da população jovem no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva. Como defendeu Monteiro (2002), é preciso atenção sobre os modos de vida das sujeitas sociais, suas experiências, suas concepções sobre saúde, doença, prevenção, sexualidades, riscos e vulnerabilidades de formas contextualizadas. Situação essa que não está contemplada pelo CCNE da PeNSE, haja vista que restringe-se à uma saúde sexual e reprodutiva individualizante e marcada por uso ou não de métodos preventivos às ISTs.

Por isso, ratifica-se aquilo que Varela e Ribeiro (2017, p.22) mencionaram acerca de práticas educativas para as sexualidades basearem-se a partir do “[...] diálogo, da problematização e da desconstrução de discursos naturalizados, caminhos para a vivência da sexualidade, livre de tabus e preconceitos.” Uma educação que idealmente contemple outras vivências e experiências da saúde sexual e reprodutiva, como as desenvolvidas pelas pessoas LGBTQIAPN+ e que estas possam encontrar outras narrativas que extrapolem a cis-heteronormatividade.

É sabido que, historicamente, o campo da saúde tem um poder de legitimar verdades a respeito de comportamentos e valores sobre saúde sexual e reprodutiva de escolares, como visto na PeNSE. Observa-se que os discursos médicos contribuíram para regular “[...] as formas de relacionamento sexual e romântico e de constituição familiar, estabelecendo um controle eficiente” (Ciasca; Pouget, 2021, p.20). Percebe-se que o CCNE em tela reforça essas narrativas cis-heteronormativas de subjetivação, que atravessam séculos de relações de saber e poder, prescrevendo regras para uma saúde sexual e reprodutiva universal e supostamente a única saudável.

Como mencionado por Foucault (2020, p. 110), “o discurso veicula e produz poder, reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”, o que possibilita analisar os discursos propagados pelas instituições – como dos CCNEs - a partir de tramas que gerenciam e controlam a produção das subjetividades - pensando neste artigo sobre a saúde sexual e reprodutiva - para um determinado

comportamento e os modos que se pode questioná-los, como se está colocando em suspeição os dados produzidos pela PeNSE. Segundo Louro (2019, p. 31), “a produção de sujeitos é um processo plural e também permanente” que a própria sujeita está empenhada em exercer o “autodisciplinamento e autogoverno”. Por isso, isoladamente, a PeNSE, não conseguiria produzir pessoas com determinadas concepções, comportamentos e valores disseminados nas perspectivas cis-heterossexuais e reprodutivas.

Neste sentido, são necessários investimentos contínuos para que se seja sujeitas sexuais e reprodutivas cis-heteronormativas, pois há muitas pedagogias das sexualidades que convergem para isso, podendo estar em outros CCNEs, como nas mídias, nas escolas, nos serviços de saúde, nas músicas, nas lojas, nos restaurantes, nas universidades, nos bares, nas produções científicas, entre tanto outros espaços educativos. Para isso, é necessário “um trabalho pedagógico contínuo, repetitivo e interminável [...]” (Louro, 2020, p. 16) em que muitos discursos estão comprometidos.

Em vistas de finalizar, seguir tensionando os currículos

A consideração é de que a PeNSE, enquanto um CCNE, contém pedagogias das sexualidades que educam para saúde sexual e reprodutiva das jovens escolares de modo a (re) produzir perspectivas cis-heteronormativas, que deve-se adiar ter relações sexuais neste momento da vida, e que caso as tenham, que sejam preventivas às ISTs e não causem gestação.

No que se refere à produção de subjetividades, as questões investigadas na PeNSE podem estar construindo modos específicos de se pensar e viver as sexualidades. Neste sentido, a pesquisa em apreço pode estar restringindo ao entendimento reducionista de que a sexualidade das jovens seja reprodutiva e cis-heterossexual e que deva ser vista como um problema a ser combatido pela conexão entre a educação e a saúde. Além disso, tende a negligenciar outras possibilidades de discutir sobre as sexualidades, como as vivências não-hegemônicas, as repercussões dos afetos, dos relacionamentos, dos prazeres, das feminilidades e masculinidades, entre outros importantes aspectos das sexualidades de jovens, que poderiam estar contemplados na saúde sexual e reprodutiva.

Neste contexto, a pesquisa reafirma estereótipos estigmatizantes de que

jovens, especialmente as empobrecidas, devem ter suas vidas sexuais vigiadas, sob a perspectiva de evitar contágio/transmissão por alguma IST ou de uma gravidez considerada precoce. Por sua vez, a PeNSE está a educar sobre isso: o principal (ou os únicos) viés (ses) a serem observados quando se trata da saúde sexual e reprodutiva de escolares é pelo caminho da prevenção de IST e de gestação.

Não há um percurso seguro e infalível que dê conta da complexidade do tema, das singularidades, das diferenças e das multiplicidades das sexualidades. Contudo, o comprometimento ético é de se colocar a pensar acerca de outras questões das juventudes, a fim de considerar que a saúde sexual e reprodutiva pode ensinar também a questionar sobre as relações de poder que podem estar constituindo sujeitas sexuais e reprodutivas, ou não. Assim, considera-se que a PeNSE (re)produz conhecimentos para o campo da saúde e da educação que podem culminar em profissionais dessas áreas com perspectivas limitadas sobre a saúde sexual e reprodutiva de escolares. Além disso, a PeNSE reforça a perda de oportunidades educativas que considerem e valorizem outros atributos, como prazeres, desejos, relacionamentos, vivências e experiências LGBTQIAPN+ e demais quesitos que possam contemplar os direitos sexuais e reprodutivos do grupo analisado e ampliar as possibilidades de pensar saúde sexual e reprodutiva.

Referências

ACOSTA, Tássio; GALLO, Sílvio. A educação em disputa no Brasil contemporâneo: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma 'ideologia de gênese'. **Educação**, v. 45, n. 1, e92, P. 1-28, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644443607>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/43607> . Acesso em: 11 nov. 2025.

ASSIS, Thamara de Souza Campos et al. Pregnancy in adolescence in Brazil: associated factors with maternal age. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 21, n. 4, p. 1055-1064, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93042021000400006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/dkrTfCZCKygmJ5hpn9d5Ry/?lang=en>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares**: sexualidades e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 66 p.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal.



Diário Oficial da União: Seção I, Brasília, DF, Edição de 31 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Brasília, 2007b. **Diário Oficial da União:** Seção I, Brasília, DF, p.2, 06 de dezembro de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm . Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf . Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. **Infecções Sexualmente Transmissíveis.** 2023. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist> Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. **Marco teórico e referencial:** saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Brasília: Ministério da Saúde, 2007a, 56p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0471_M.pdf. Acesso em: 27 mai. 2025.

BRASIL. **Pesquisa nacional de saúde do escolar:** 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 162 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf> . Acesso em: 22 dez. 2024.

BRASIL. **Pesquisa nacional de saúde do escolar:** análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental municípios das capitais: 2009/2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 193 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101955.pdf> Acesso em: 22 dez. 2024.

BRASIL. Portaria 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília: Ministério da Saúde, 2011. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, ano 231, p.35, 2 de dezembro de 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Portaria 3.098, de 18 de janeiro de 2024. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para instituir colegiados para assessoramento técnico à implementação e avaliação da Política Nacional de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, p.107, de 19 de janeiro de 2024. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3098_19_01_2024.html. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 300 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

CAETANO, Marcio; FERRARI, Anderson. Memória, Experiência, Discursos e Identidades na Constituição de Grupos Gays. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 32, n. 72, p. 335-350, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2023.v32.n72.p335-350>. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/faeaba/article/view/16592>. Acesso em: 11 nov. 2025.

CAMPOS, Helena Maria; SCHALL, Virgínia Torres; NOGUEIRA, Maria José. Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: interlocuções com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 97, p. 336-346, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/FbbMFGQCWTQdVxvnNRQmkxP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2022.

CAMOZZATO, Viviane Castro. Pedagogias do Presente. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 573-593, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/JQGQqFY6bhHXDRrLj8Sn56P/?format=pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando. Desagendamento da educação para os corpos, gêneros e sexualidades: um projeto neoliberal, um arranjo neoconservador e as várias pedagogias fascistas. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 236-257, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2021.v23.33867>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/revistainstrumento/article/view/33867>. Acesso em: 1 mai. 2023.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência**. 2025, 176p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2025.

CIASCA, Saulo Vito; POUGET, Frederic. Aspectos históricos da sexualidade humana e desafios para a despatologização. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES, Ademir Junior (org.). **Saúde LGBTQIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana da Parnaíba: Manole, 2021. p. 18-27.

DANIEL, Herbert. **O primeiro AZT a gente nunca esquece**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 30 set. 1990. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/aids_boletim11.pdf. Acesso em: 11 nov.



2025.

FELIPE, Jane. Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa et al (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da Furg, 2007. p. 31-45. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/9248>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FERREIRA, Alan Cristian Marinho et al. A produção científica baseada na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE): uma revisão bibliométrica. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 1-10, 28 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-9389.2022.38671>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reme/article/view/38671/32438>. Acesso em: 03 fev. 2025.

FERREIRA, Ediane de Andrade et al. Adolescentes no espaço escolar e o conhecimento a respeito da saúde sexual e reprodutiva. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v.23, n.2, p. 1-8, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5380/ce.v23i2.55851>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4836/483660205020/html/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

FIGUEIREDO, Eric Renato Lima et al. Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: análise do estudo PeNSE, 2015. **Revista Interdisciplinar**, v. 12, n. 3, p. 37-46, 2019. Disponível em: https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/revinter/article/view/1529/pdf_437 . Acesso em: 29 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. 175 p. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FRANCO, Maurilo de Sousa et al. Educação em saúde sexual e reprodutiva do adolescente escolar. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, Recife, v. 14, n. 1, p. 1- 8, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5205/1981-8963.2020.244493>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/244493/36298> . Acesso em: 5 jan. 2025.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

GRECO, Pedro Teixeira Pinos. LGBTQIAPN+ como conceito autônomo de refúgio: como fazer prova da sua própria condição de pessoa humana?. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 3, n. 21, p. 309–328, 2025. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v3i21.52511>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/52511>. Acesso em: 11 nov. 2025.

HUNDERTMARCK, Katiele. As vivências das sexualidades nas adolescências: o

dito, o não dito e o ocultado. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 18, n. 1, p. e6040191, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14244/reveduc.v18i1.6040>. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6040>. Acesso em: 26 maio. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PeNSE - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**: Tabelas - 2009-2019 Análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9134-pesquisa-nacional-de-saude-doescolar.html> . Acesso em: 25 mai. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pósestruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 7-41.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020, 109p.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Saúde sexual dos adolescentes segundo a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 147-156, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-790x2011000500015> . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/X7L34jV6zHFHvznpdMJ6wyt/?lang=pt> . Acesso em: 28 dez. 2024.

MATTIONI, Fernanda Carlise *et al.* Práticas de promoção da saúde como resistência e contraconduta à governamentalidade neoliberal. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p. 3273-3281, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232022278.23902021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SJ3FzPJMBdxQJG9hh3ZsrkQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MONTEIRO, Simone. **Qual prevenção?**: aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. 148 p.

MAKNAMARA, Marlécio. Quando artefatos culturais fazem-se currículo e produzem sujeitos. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 2, jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v28i2.14189>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/14189> . Acesso em 24 ago. 2024.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p. Coleção Feminismos Plurais/ Coordenação de Djamila Ribeiro.

OLIVEIRA, Danilo Araújo de; FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Currículos culturais não escolares: sobre um campo em constante expansão, invenção e

criação para afirmação da vida. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 27, n. 61, p. 3-12, set./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.20435/serieestudos.v27i61.1774>. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1774/1236>. Acesso em: 24 ago. 2024.

OLIVEIRA, Kelvi da Silva; NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. “Resistir para existir”:conservadorismo, gênero e sexualidade no contexto educacional. **Educação & Formação**, Fortaleza, v.10, e14015, 2025. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v10.e14015>. Disponível em:<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/e1405>. Acesso em: 11 nov. 2025.

OLIVEIRA, Max Moura de et al. Características da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 605-616, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742017000300017> . Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v26n3/2237-9622-ess-26-03-00605.pdf> . Acesso em: 03 fev. 2025.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Indignada, revoltada com o que fizeram com o meu artigo**. 2023. Instagram: @meggrayaragomesde. Disponível em: <https://instagram.com/meggrayaragomesde?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ORTEGA, Francisco; ZORZANELLI, Rafaela. **Corpo em evidência**: a ciência e a redefinição do humano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, dez. 2016. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraíso.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2025.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-149.

PONTES, Brenda Freitas et al. Fatores relacionados a gravidez na adolescência: perfil reprodutivo de um grupo de gestantes. **Revista de Pesquisa Cuidado É Fundamental**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1-7, 2023. DOI: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v15.11972>. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/11972/11526>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. 229 p.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017, 144p.

SILVA, Roberto Vinicio Souza da; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do; CAETANO, Marcio. A Bicha Docente Despachada: socipoetizando a educação nas

diferenças. **Textura**, v. 23 n. 55 p.194-214 jul./ set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.29327/227811.23.55-9>. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/6127>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SILVA, Rosimeri Aquino; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. O gênero e a sexualidade na educação em tempos violentos. In: SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane (org.). **Educação, gênero e sexualidade**: (im) pertinências. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 314-334.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação, 11ªed., Petrópolis: Vozes, 2013, p.185-201.

SIMÕES, Júlio Assis. A sexualidade como questão social e política. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 150-193.

SOUSA, Marco Aurelio *et al.* Prevalência de indicadores de saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes brasileiros: análise comparativa da pesquisa nacional de saúde do escolar 2015 e 2019. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 1-11, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-9389.2022.38392>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/remg/article/view/38392/31948> . Acesso em: 29 dez. 2022.

VARELA, Cristina Monteggia; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Educação para a sexualidade: a constituição de um campo conceitual. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da Furg, 2017. p. 11-24. Disponível em: https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 07 fev. 2025.

VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual**: breve história de lutas, danos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira: carregar água na peneira?. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 16-39, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v5i2.7865>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7865/5114> . Acesso em: 07 fev. 2025.

Sexual and reproductive health in the National School Health Survey:

a curriculum that educates and produces

Abstract

Based on the idea that research and its publications are curricula that operate in the production of knowledge and subjectivities, the aim of this article was to discuss possible clues as to how the 2019 National School Health Survey (PeNSE) reports on Sexual and Reproductive Health might be educating. To do this, we read the survey reports, paying attention to the discourses propagated on the subject, analyzing them through the lens of Non-School Cultural Curriculum studies. The main clues are that PeNSE reiterates sexual and reproductive health focused on biological-hygienist aspects, limited and evaluated by the age of sexual initiation, use or not of condoms, knowledge about sexually transmitted infections and pregnancy. We believe that it may be contributing to the construction of specific modes of sexual and reproductive health, based on a moralistic and conservative cis-heteropatriarchal model. In addition, PeNSE may be (re)producing knowledge for the health and education fields that can help to build up professionals in these areas who restrict the sexual and reproductive health of schoolchildren to, while causing the loss of educational opportunities that consider and value other attributes, such as pleasures, desires, relationships, LGBTQIAPN+ experiences and other issues that can contemplate the sexual and reproductive rights of the group analyzed and expand the possibilities of thinking about sexual and reproductive health.

Keywords

Non-school cultural curriculum; Sexual and reproductive rights; National School Health Survey; Sexual and reproductive health; School health. .

Agradecimentos: não se aplica

Agência financiadora: não se aplica

Contribuições das pessoas autoras: Katiele Hundertmarck é responsável pela escrita do rascunho original, revisão e edição, coleta e curadoria de dados, análise de dados realizadas e aprova a versão final para publicação.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: não se aplica.

Conflito de interesses: Declaro de inexistência de conflito de interesse.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: Declaro de inexistência de utilização de ferramenta de IA.

Pessoa autora correspondente: Katiele Hundertmarck, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha *Campus* Júlio de Castilhos, e-mail: katielehun@gmail.com, Rua Venâncio Aires, 621/403, CEP: 97010-001, Cantor, Santa Maria/RS.

Recebido em: 28/05/2025

Aceito em: 22/02/2026